

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

9 ABR 1987

ANC 88

Pasta 08 a 1

Abril/87

021

A preocupação passa a ser o pouco tempo para apresentar as propostas

Três candidatos disputam hoje cargo na principal comissão

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Completado o processo de instalação das subcomissões, os constituintes preocupam-se com o tempo de que disporão para apresentar suas propostas às comissões. Pelo regime interno, o prazo se esgotará em quinze dias. O regimento, promulgado no dia 23 de março, prevê o prazo de trinta dias, a contar da promulgação.

PRAZO PARA O REGIMENTO

Ha, entre alguns constituintes, uma interpretação elástica do regimento. Eles entendem que o prazo seja de trinta dias a partir da instalação das subcomissões. Ainda assim, conforme a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), o tempo será excessivamente curto, tendo em vista que haverá recesso na Semana Santa e que cada comissão deve fazer no mínimo seis audiências das entidades e associações civis. O deputado Jorge Hage (PMDB-

BA) apresentou ontem à mesa da Constituinte projeto destinado a ampliar os prazos.

O senador Fernando Henrique Cardoso, que redigiu o regimento, não apóia nenhum adiamento. A Constituinte, segundo ele, tem um compromisso com a sociedade de fazer rapidamente a nova Carta.

Também o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, fará hoje um apelo formal aos presidentes e relatores das comissões e subcomissões para que acelerem os trabalhos. Em reunião convocada para hoje, Ulysses traçará o roteiro dos trabalhos e resolverá as dúvidas sobre o cronograma dos trabalhos.

"Se não forem respeitados os prazos, não poderemos elaborar esta Constituição", disse Ulysses à deputada Cristina Tavares, ontem pela manhã, durante a reunião da bancada do PMDB, ao ser consultado sobre o assunto.

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Os três candidatos a relator da Comissão de Sistematização da Constituinte entram hoje na disputa com a convicção da vitória. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e os deputados Pimenta da Veiga (PMDB-MG) e Bernardo Cabral (PMDB-AM) passaram o dia de ontem fazendo os últimos cálculos de suas chances. Cada um dos três encerrou o dia contabilizando maior número de votos que os demais.

Adiadas de ontem para hoje a pedido de Fernando Henrique, as eleições serão realizadas em dois turnos.

Com a concordância dos demais candidatos, Fernando Henrique obteve o adiamento por ter sido avisado tardiamente da decisão do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, de que o relator da Comissão de Sistematização, ao contrário dos demais, seria eleito e não designado pelo

presidente. O senador ponderou também que viajará à Paraíba a serviço do partido. O afastamento o teria colocado em desvantagem em relação aos outros candidatos.

Se não vier a confirmar sua expectativa de vitória, o adiamento ao menos contribuirá para aumentar o número de votos. Ontem, Fernando Henrique conversou longamente ao telefone com os governadores de estados importantes, entre eles Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Waldir Pires, da Bahia, e Moreira Franco, do Rio. Pelos seus cálculos, contestados pelos dois oponentes, terá a quase totalidade dos votos das bancadas de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Nordeste e do Norte. Terá votos inclusive do Amazonas, território de Bernardo Cabral, e de Minas Gerais, território de Pimenta da Veiga.

Bernardo Cabral, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, tem a

expectativa de ser prestigiado nas urnas em razão de sua experiência maior com as questões jurídicas. Como coordenador da bancada do seu estado, Cabral articulou-se desde a instalação da Constituinte com os demais coordenadores de bancada, especialmente com o deputado Expedito Machado, do Ceará, pertencente à corrente mais conservadora do PMDB na Constituinte.

Amigo pessoal do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, Cabral viu com simpatia a iniciativa do ministro de colaborar com sua campanha, recomendando o seu nome a alguns constituintes.

O deputado Pimenta da Veiga recebeu o apoio explícito do governador de seu estado, Newton Cardoso. Como Cabral, Pimenta da Veiga tem formação jurídica.

Na manhã de ontem, no gabinete de Covas, os três discutiram longamente a possibilidade da retirada

de uma das candidaturas, a de Pimenta ou a de Fernando Henrique, mas nenhum deles se dispôs a deixar a disputa.

Fernando Henrique Cardoso sustenta que a melhor solução para a eficiência dos trabalhos da comissão seria a eleição de dois relatores. A idéia, vista com simpatia por Cabral e com absoluta resistência de Pimenta da Veiga, é também defendida pelo senador Carlos Chiarelli (PFL-RS). Se vingasse, Chiarelli teria a oportunidade de conquistar a presidência da comissão, juntamente com o senador Affonso Arinos.

Nos tributos, a vitória dos nordestinos

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Independentemente dos partidos políticos a que pertencem, os Constituintes do Nordeste uniram-se para derrubar o acordo das lideranças da constituinte para a escolha do relator e do presidente da subcomissão de tributos, participação e distribuição das receitas públicas. Conseguiram. Foi um caso único nas 24 subcomissões da Constituinte de rompimento do acordo, que provocou, inclusive, a quebra de representação proporcional dos partidos nos cargos das comissões e subcomissões.

Os constituintes do Nordeste consideram que a nova Constituição deverá privilegiar a região na partilha das receitas públicas. Acreditam que, por ter sido discriminada até agora, correria o risco de continuar sendo, caso não tivessem representantes nos postos-chave da comissão do sistema tributário, para a qual foram designados dois representantes dos estados do sul e sudeste, o deputado José Serra (PMDB-SP) para relator e o deputado Francisco Donelles (PFL-RJ) para presidente.

A estratégia foi concentrar esforços na subcomissão, mais sensível a suas pretensões. A chapa formada pelo acordo de lideranças indicava um nordestino para o cargo de presidente da subcomissão, o deputado Carlos Virgílio, do PDS do Ceará. Os demais cargos seriam preenchidos por José Luiz de Sá, do PL do Rio, para primeiro-vice-presidente; Benito Gama, do PFL da Bahia, para segundo-vice-presidente. O relator, o cargo mais importante, com assento na comissão de sistematização, seria um gaúcho, o deputado Irajá Rodrigues, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O grupo vitorioso colocou na presidência da subcomissão o deputado Benito Gama, que já integrara a chapa do acordo para o cargo de segundo-vice-presidente. Eleito, Benito Gama desconsiderou o entendimento prévio com o PMDB e indicou para o cargo de relator o deputado Fernando Bezerra Coelho, do PMDB de Pernambuco. Os cargos de primeiro e segundo-vice-presidentes foram preenchidos pelos deputados Nion Albernaz (PMDB-GO) e José Maria Eymael (PDC-SP).

Fernando Bezerra entende que a Constituinte tem três desafios fundamentais para enfrentar a questão tributária: consagrar o federalismo, estabelecer um sistema que permita a justiça fiscal, especialmente através de diminuição da carga dos impostos indiretos, e acabar com os desequilíbrios regionais de distribuição de receitas.

Com o resultado da eleição da subcomissão de tributos, o PDS acabou perdendo uma presidência de subcomissão, a que teria direito pelo critério da representação proporcional dos partidos. Pelo acordo das lideranças, o partido ficaria com a presidência da subcomissão de princípios gerais da ordem econômica, ocupada pelo deputado Delfim Netto, e com a de tributos. O deputado Amaral Neto, líder do PDS na Câmara, protestou com veemência contra o resultado e pretende de alguma forma compensar o partido pela perda.

Nas outras duas subcomissões foram confirmados os acordos conduzidos pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Para a comissão de orçamento e fiscalização financeira foram escolhidos os deputados João Alves (PFL-BA) para presidente e José Luiz Maia (PDS-PI) para relator. Na subcomissão do sistema financeiro foi eleito presidente o senador Cid Sabóia Carvalho, do PMDB.